

GRUPO GESTOR REGIONAL DO E-GESTÃO – TRT/RJ

ATA DE REUNIÃO

1. Dados da Reunião

Data:	07.04.2016	Início:	13:30	Término:	17:00	Local:	SEDI
Objetivo:	<i>Debater demandas e temas diversos</i>						

2. Participantes

Nome	Identificação	Observação
Theócrita Borges dos Santos Filho	Desembargador do Trabalho do TRT/RJ Coordenador do Grupo Gestor Regional do e-Gestão	-
Gláucia Alves Gomes	Juíza do Trabalho Substituta	-
Alexandre Pais Valadares	Assistente do Gabinete da Secretaria de Administração de Pessoal	-
Bruno Henrique Fernandes Fonseca	Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Institucional	-
Erika Sequeiros Pereira das Neves	Chefe da Divisão de Requisitos e Métrica / Secretaria de Solução em Tecnologia da Informação	-
Lorena Moroni Girão Barroso	Gestora da Coordenadoria de Apoio aos Sistemas Judiciários / Secretaria-Geral Judiciária	-
Priscilla da Costa dos Santos	Assessora do Gabinete do Desembargador Jorge Fernando Gonçalves da Fonte	-
Priscila Rodrigues da Silva	Chefe da Divisão de Monitoramento / Secretaria da Corregedoria Regional	-
Roterdam Holanda Cavalcante Junior	Chefe da Divisão de Análise e Projeto / Secretaria de Solução em Tecnologia da Informação	-

GRUPO GESTOR REGIONAL DO E-GESTÃO – TRT/RJ

ATA DE REUNIÃO

3. Assuntos Apreciados e Decisões Tomadas

O Desembargador Theócritos Borges dos Santos Filho iniciou a reunião e solicitou que as demandas e temas fossem apresentados pelos demais integrantes, o que foi realizado conforme segue:

1. Módulo de Produtividade e Justiça em Números

A servidora Priscilla da Costa dos Santos concluiu que os processos originários do 2º grau, item 2224, sem unidade associada - órgão julgador, na verdade em sua maioria eram da CAEP. Assim, deliberou-se considerar a CAEP uma serventia, atribuindo os processos àquela unidade para efeito do módulo de produtividade. Também, a Presidência deverá ser alertada, por meio de ofício, sobre a distorção na estatística gerada pela autuação equivocada pela CAEP de processos judiciais, que na realidade são administrativos (classe PET, que dizem respeito, majoritariamente, a situações de centralização de execução). Além disso, deliberou-se que seja acompanhada a evolução/involução dos processos PET sem órgão julgador associado, o que será feito mensalmente pela servidora Érika Sequeiros Pereira das Neves, e expedido ofício à CAEP com a relação dos processos sem órgão julgador associado, para que se proceda o arquivamento dos que não mais estiverem em andamento.

Adicionalmente, o servidor Bruno Henrique Fernandes Fonseca levantou a questão de vinculação da competência originária dos casos novos, já que há processos sem relator e sem órgão julgador. Deliberou-se que nos casos de dissídios coletivos, que tiveram acordo antes da conclusão ao relator, deverá ser vinculada à a serventia "Presidência", assim como os processos nos quais as decisões extintivas foram prolatadas pelos desembargadores no exercício da Presidência.

Verificou-se, ainda, que será necessário lançar itens considerando coluna única de ajuste de decisão, para classificar em monocrática ou colegiada. Deliberou-se que o servidor Bruno Henrique Fernandes Fonseca vai tentar fazer isso usando Excel, associando itens. Caso seja necessário vai recorrer à servidora Érika Sequeiros Pereira das Neves.

GRUPO GESTOR REGIONAL DO E-GESTÃO – TRT/RJ

ATA DE REUNIÃO

Além disso foi verificado na própria reunião por meio de uma consulta de um processo no PJe que é possível concluir que a decisão está vinculada ao órgão julgador. Assim, deliberou-se que o servidor Bruno Henrique Fernandes Fonseca informará o que já está apurado na planilha, vinculando a decisão à turma correspondente.

Relatou-se, também, a existência de processos sem correspondência entre relator e unidade anterior. Deliberou-se que o servidor Bruno Henrique Fernandes Fonseca associará esses processos ao gabinete do respectivo relator.

Quanto aos processos redistribuídos por gabinetes de desembargadores inativos, deliberou-se que o servidor Bruno Henrique Fernandes Fonseca excluirá os processos vinculados ao gabinete do desembargador inativo para o Módulo Produtividade - MP. Já os processos redistribuídos por gabinetes de juízes convocados, adotará a nomenclatura gabinete do juiz convocado "nome do magistrado" em lugar do termo gabinete do juiz convocado "1", para evitar distorções na descrição das unidades.

No que se refere às decisões homologatórias de acordos no 2º grau, foi relatado que as decisões de acordos homologados em fase de execução estavam sendo desconsideradas equivocadamente. Deliberou-se que passará a ser considerado também o tipo de decisão de homologação de acordos em execução ou em cumprimento de sentença. Assim, o servidor Rotterdam Holanda Cavalcante Junior deverá alterar a query incluindo o item decisão 1162.

Além disso, relatou-se a variação de 670% do item assistência judiciária gratuita no período, o que gerou a crítica pelo CNJ do dado informado. Deliberou-se que o servidor Bruno Henrique Fernandes Fonseca contatará a SOF para verificar se o item foi informado corretamente ou não. Caso a SOF informe que o número está correto, será necessário redigir uma justificativa para o aumento expressivo do valor.

Houve, também, um outro item criticado pelo CNJ: Itens não informados. O CNJ cobrou que informássemos números de variáveis que sequer dizem respeito à Justiça do Trabalho. O servidor Bruno Henrique Fernandes Fonseca entrará em contato com o respectivo setor técnico do CNJ para informar a respeito do erro do relatório.

Por fim, verificou-se que nos relatórios do portal referente à produtividade dos magistrados do 1º grau, a ocorrência de produtividade em nome de desembargadores. Deliberou-se que o servidor Rotterdam Holanda Cavalcante Junior gerará os dados, a servidora Priscila Rodrigues da Silva realizará a pré-

GRUPO GESTOR REGIONAL DO E-GESTÃO – TRT/RJ

ATA DE REUNIÃO

validação do Pje para exibir desembargadores com aparição em itens de 1º grau e o servidor Bruno Henrique Fernandes Fonseca excluirá os nomes dos desembargadores das remessas anteriores. Já nos relatórios referentes à produtividade dos magistrados de 2º grau, observou-se a ocorrência de produtividade em nome de juízes substitutos. Deliberou-se que a questão será analisada pelo Desembargador Theócrita Borges dos Santos Filho, bem como a sugestão de tratar o tema também em ofício à Presidência.

2. Magistrados em exercício no 1º grau

Verificou-se que alguns magistrados afastados não estão constando no e-Gestão como afastados, mas em exercício, por não haver lançamento no ERGON ou SAPWEB. Deliberou-se que o Desembargador Theócrita Borges dos Santos Filho e a servidora Priscila Rodrigues da Silva providenciarão a expedição de ofício à Corregedoria e à Presidência sugerindo o lançamento de todos os afastamentos dos magistrados nos sistemas ERGON e SAPWEB.

3. Cronograma da Área Técnica

O servidor Rotterdam Holanda Cavalcante Junior apresentou o cronograma de trabalho da Informática para conclusão dos ajustes para os itens novos, tendo o grupo concordado em trabalhar de acordo com o mesmo, inclusive analisando paralelamente os itens alterados, conforme forem gerados.

4. Processos do Migra que aparecem no e-Gestão

A servidora Lorena Moroni Girão Barroso solicitou a geração de uma lista de processos com a localização MIGRA, para análise e providências cabíveis. Deliberou-se que o servidor Rotterdam Holanda Cavalcante Junior irá gerar a lista com o número do processo, tipo e órgão julgador.

Registro feito por:	Bruno Henrique Fernandes Fonseca
----------------------------	---